



CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS (CEEI)

EUROPE AFRICA RESEARCH NETWORK (EARN)

**ACTORES EMERGENTES EM AFRICA:
IMPACTO E OPORTUNIDADES PARA AS
RELAÇÕES
UE-ÁFRICA E AS RELAÇÕES GLOBAIS**

Notas introdutórias sobre o tema da conferência:

por

Dr. Agostinho Zacarias, representante residente do PNUD na RSA

Maputo, 23-24 de Abril de 2012

Magnífico Reitor do Instituto Superior de Relações Internacionais,
Professor Dr. Fernando Jorge Cardoso e seus Colegas do Europe Africa Policy
Research Network,
Sua Excelência Vice Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação,
Membros do Corpo Diplomático e Representantes de Organizações Internacionais,
Sra. (s) e Sr.(s) Deputados da Assembleia da República,
Caros Colegas membros do corpo docente, investigadores e discentes do ISRI,

É com muita honra e profunda humildade que participo neste evento de grande importância e quero desde já sublinhar que os pontos de vista que aqui vou expressar não são de nenhum modo os da instituição para a qual trabalho. Estou aqui na minha capacidade individual para partilhar alguns pontos de vista que tenho ouvido de vozes africanas ao longo destes anos em que tenho trabalhado no continente na área do desenvolvimento.

O ponto de partida nesta apresentação relaciona-se com a problemática da própria utilização do conceito: 'atores ou potências emergentes em África'. Há uma polémica no uso do termo, pois o conceito é geralmente empregue sem que se tenha procurado o seu significado real. Todos sabemos a quem se refere, mas não nos interrogamos se está correto ou não? Alguns africanos e observadores nos países colocados nesta categoria argumentam que o conceito não obedece a um rigor científico sólido.

A China, a Rússia e a Índia, por exemplo, estiveram desde o início associados à libertação do continente, doando biliões de dólares para o continente em equipamento militar, treino de quadros, bolsas de estudo, ajuda económica, facilitando o comércio mesmo quando estes países não tinham condições de utilizarem os métodos convencionais de trocas comerciais. Seria muito difícil afirmar que os movimentos de libertação que levaram a África à independência desde os anos cinquenta o poderiam ter feito sem a ajuda da China, da Rússia e da Índia.

A China, mesmo quando dispunha de poucos recursos, enviou instrutores militares para muitos países africanos, contribuiu em projetos de construção de linhas férreas, agrícolas e de construção de hospitais. Pode-se também afirmar que a Rússia, no quadro da União Soviética, teve um papel semelhante ao da China.

As ligações entre o ANC e a Índia têm também um legado bastante forte. Primeiro a doutrina de Satyagraha – resistência pacífica e uso de métodos não-violentos na luta contra o apartheid e discriminação racial – pode ser encontrada nas relações entre Mahatma Ghandi e John Langalibale Dube. Este último viria a ser o primeiro Presidente do ANC aquando da sua fundação no início do século XX. A Índia continuou a apoiar a luta da África do Sul e das colónias africanas em fóruns multilaterais como as Nações Unidas e em conferências internacionais, o treino de militares nos países independentes africanos e a criação de movimentos internacionais, tais como o Movimento dos Não Alinhados e o Grupo dos 77 na ONU, que muito contribuiu para divulgar a causa e para a solidariedade internacional em sua defesa.

O termo ‘potências emergentes’ em África, ao ser utilizado, deveria passar o escrutínio histórico, político e económico, o que não parece ser o caso. Nem o tempo de permanência destes países no continente, o volume e o valor de ajuda que prestaram, nem o papel político e militar que desempenharam permitem que sejam classificados como potências emergentes. O que torna difícil a sua caracterização é o facto deste grupo de países não ser monolítico, não seguirem uma linha de acção comum ou terem um quadro ou ideologia políticas comuns. Por vezes adoptam diferentes abordagens num mesmo país, dependendo da instituição com que se lida.

O que leva a um maior interesse nestes países é o seu crescimento económico doméstico sem precedentes e a recente expansão das suas actividades no continente africano, incluindo em áreas que eram unicamente dominadas pelos países desenvolvidos, como as relações comerciais, do investimento directo externo e dos programas de desenvolvimento.

Todavia, parece haver uma grande diferença entre este grupo de países ou economias emergentes e os países ditos doadores tradicionais.

As diferenças assentam no seguinte:

Países das Economias Emergentes

- a) Estes países na sua maioria não são membros do CAD (OCDE), com exceção da Coreia do Sul e da Turquia, pelo que não se guiam pelos princípios do mesmo;
- b) Cada um destes países tem a ambição de elevar as suas relações com o continente para um nível estratégico, pelo que nos últimos sete anos cada um deles organizou as suas cimeiras bilaterais com África, onde discutiram não apenas a questão da ajuda mas uma gama de relações, incluindo comércio, cooperação técnica, políticas de intercâmbio cultural e outros, e concluíram acordos bilaterais de cooperação;
- c) As relações destes países com África fundam-se mais no respeito da soberania e na não interferência em assuntos internos, em relações de amizade e convivência harmoniosa, nos princípios da solidariedade internacionais. Não impõem qualquer condicionalismo ao estabelecimento de relações, nem a ideia que há princípios universais que devem ser observados como os direitos humanos e a democracia multi-partidária;
- d) A sua abordagem funda-se na identificação de áreas de interesse ou denominadores comuns que vão expandindo as áreas de interseção na medida em que as relações se consolidarem;
- e) Estes países focalizam a sua ajuda em bens materiais e físicos, como a construção de infra-estruturas, equipamento, tecnologia, expansão de comércio

e cooperação técnica, concedendo para tal créditos concessionários e uma ajuda técnica substancial;

- f) Outro factor a ser tomado em conta é que estes países desenvolveram as suas economias nas últimas duas a três décadas. Assim, a sua experiência e realidades, são vistas como mais relevantes e próximas da realidade africana do que as de países que se desenvolveram há muitas décadas atrás.

Doadores Tradicionais

- a) Baseiam as suas relações num sistema de valores: liberdades individuais, democracia multipartidária, direitos humanos, princípios de boa governação tais como o combate à corrupção. Os países desenvolvidos muitas vezes condicionam a ajuda à observação destes valores, mas estes condicionalismos muitas vezes nem sempre são vistos como simples princípios universais e neutros.
- b) Estes princípios são também vistos como desculpas para os países desenvolvidos não prestarem a ajuda desejada em áreas fundamentais de desenvolvimento económico como o desenvolvimento de infraestruturas, transporte, ou do sector privado.
- c) Há casos documentados em que alguns líderes em África vêm na divulgação destes valores uma interferência direta no espaço político dos seus países, o que tem causado alguma tensão.
- d) Os membros do CAD/OCDE têm um quadro comum que guia a sua ajuda em África e têm feito imensos esforços para melhorar a eficácia da ajuda. Documentos como a declaração de Paris de 2005 e a Agenda de Acção de Acra de 2008 definem princípios e mecanismos para uma ajuda mais eficaz.

- e) Existe também a percepção de que em muitos casos a cooperação com os membros do CAD/OCDE não tem permitido resolver os problemas fundamentais da erradicação da pobreza por se concentrar mais na área social (saúde, educação, etc.), e ter poucas intervenções na área económica.
- f) O crédito concessionário tem diminuído substancialmente, enquanto que os contratos negociados com as grandes multinacionais na área dos minérios e da energia não têm sido muito favoráveis ao desenvolvimento destes países africanos.
- g) Existem animosidades e desconforto em alguns países africanos em assuntos como o que respeita à assinatura dos Acordos de Parceria Económica (APE) entre a União Europeia e países africanos, que alguns líderes do continente viram como uma tentativa de inviabilizar os esquemas de cooperação regional.
- h) Sobre o diálogo entre os países em desenvolvimento e o CAD/OCDE existe o sentimento de que se trata de um diálogo de desiguais entre parceiros seniores e juniores.
- i) A Europa não tem uma iniciativa como a *Africa Growth Opportunity Act*, que concedeu um acesso preferencial dos produtos manufacturados e outras exportações para o mercado americano.

Vantagens e desvantagens:

Sem dúvida, a ajuda que a Europa tem concedido bilateralmente ou através de instituições multilaterais tem contribuído para resolver muitos problemas que o continente enfrenta especialmente na área humanitária, segurança alimentar, reformas macroeconómicas, educação e saúde. A sua ajuda também é importante no reforço do quadro institucional da máquina governativa com os programas de boa governação e reformas do funcionalismo público. Estes programas têm sido importantes para uma

melhor gestão dos recursos que criem condições para a melhoria de vida dos africanos.

Também não há dúvidas que as economias emergentes têm incentivado o crescimento das relações comerciais com estes países, a melhoria de infra-estruturas incentivou e o crescimento das exportações africanas. Na verdade, em termos de volume do comércio, a importância destes países para a África é maior do que a África é para eles. Por isso, preservar esta relação é do interesse dos países africanos. Contudo, a inexistência de um quadro institucional que dita os princípios de engajamento entre os países das economias emergentes e África pode perpetuar a corrupção, com consequências graves para África.

Nos países dependentes dos recursos naturais e energéticos, existe ainda o perigo de a corrida aos minerais não permitir um ambiente macroeconómico que leve a um reinvestimento para a diversificação da economia, correndo assim o risco de ficarem dependentes do preçacário dos minerais e dos jazigos existentes. Daí a importância fundamental da capacitação do quadro institucional de governação.

Contudo, os descontentamentos sobre a maneira como a cooperação entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos está a ser conduzida foi evidente na conferência de Busan realizada em finais de 2011. Os países em desenvolvimento argumentaram então que os princípios enunciados na Declaração de Paris, e na Agenda de Ação de Acra enfatizam mais processos do que a substância da cooperação, como a redução da pobreza. Expressaram assim o seu desejo de expandir o quadro da cooperação da OCDE-CAD da eficácia da ajuda para a eficácia do desenvolvimento. O argumento dos países em desenvolvimento é que o valor da ajuda não deve ser o único factor que determina o diálogo entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Muitos outros factores devem ser considerados, sendo a ajuda apenas um deles. Esta situação levou alguns participantes em Busan a proporem a substituição a noção de eficácia da ajuda pela noção de eficácia do desenvolvimento.

Assim, a conferência de BUSAN representa o primeiro passo para a expressão da vontade dos países em desenvolvimento, incluindo dos países africanos, em reestruturarem o diálogo entre o Norte e o Sul e as economias emergentes da China, Brasil, Índia, Rússia, Malásia e Turquia para vencerem a luta contra a pobreza e a luta pelo desenvolvimento do continente.

Conclusão

Esta conferência tem lugar numa altura em que operam mudanças importantes no plano global como as mudanças climáticas e a crise financeira mundial, com a zona do Euro a demonstrar dificuldades em recuperar da crise, enquanto a maior economia do mundo, os Estados Unidos, também demonstra dificuldades em recuperar – as projecções indicam que no próximo ano a economia americana poderá crescer apenas 1.8-2%, o que não seria suficiente para reduzir a taxa de desemprego, acima dos habituais 6%.

Esta recessão já começa também a afectar as economias emergentes. As projecções de crescimento da China nos próximos tempos é de 7%, já não os 12% dos últimos 20 anos. Mas este crescimento continuará a impor mais ligações com e dependência dos recursos minerais e energéticos da África. Torna-se, por isso, imperativo encontrar um quadro institucional adequado que permita um diálogo franco com vista a reformular os conceitos de ajuda para o desenvolvimento de maneira a que esta possa desempenhar o papel desejado no combate à pobreza, rumo ao desenvolvimento do continente.